



5040 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
 GT09 - Trabalho e Educação

A REAÇÃO DOCENTE À CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REDE FEDERAL
 Nelma Bernardes Vieira - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A REAÇÃO DOCENTE À CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REDE FEDERAL

Resumo: A política educacional brasileira tem sido um campo de disputa entre diferentes concepções de formação humana. A contrarreforma do Ensino Médio sancionada pelo governo Temer demonstrou a intenção de uma formação pragmática com propósito de conduzir a educação dos filhos dos trabalhadores, nos limites da produção e reprodução do capital. Este estudo pretende investigar a forma que os docentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica têm reagido à contrarreforma do Ensino Médio, tendo como referência empírica a experiência do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). O objetivo da pesquisa é analisar as reações dos docentes do IFRJ à Reforma do Ensino Médio. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de um levantamento. Espera-se como resultado desse estudo a identificação de diferentes formas de reação dos docentes aos impactos às reformas educacionais. Existe a possibilidade de luta pelo ensino integrado, o sucesso dependerá da mobilização dos profissionais da educação e do envolvimento de toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Ensino Médio, Movimento Docente, Reformas Educacionais, Rede Federal de Ensino.

Introdução

Este texto resulta de indagações emergentes de estudos realizados sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (doravante denominada Rede Federal), especialmente sobre as contradições evidenciadas pelas reações à contrarreforma do Ensino Médio, desencadeada pela Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017). Uma vez que a contrarreforma [i] do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular comprometem o Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, fruto de lutas do movimento docente em décadas anteriores. A reação docente a tais mudanças é uma incógnita.

Diante desta questão, neste trabalho tomamos como objeto de estudo a experiência do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) no processo de implantação das mudanças previstas na Lei nº 13.415/2017, mais especificamente a forma como reagiram os docentes desta instituição. O objetivo é compreender a natureza de diferentes reações entre os docentes do IFRJ a fim de projetar os possíveis desdobramentos desta mais recente reforma.

O contexto da contrarreforma do Ensino Médio, o movimento docente

e os impactos para Rede Federal

A crise do capital por volta dos anos de 1960 e 1970 provoca o desmonte das bases de Welfare State. Potencializa as ideias neoliberais a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento taylorista-fordista. Do mesmo modo, que redefine o papel do Estado, desorganizam as instituições do Estado de bem-estar social. Apresenta o discurso do Estado Mínimo (SOUZA, 2012).

O neoliberalismo no Brasil inicia, na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pois absorve as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Consenso de Washington. O governo FHC realizou a reforma do Estado, paralelamente a reforma gerencial da educação (LIMA; MACIEL, 2018).

As reformas educacionais propostas desde então visam atender a produção e reprodução do capital. Dessa maneira, durante a tramitação da reforma do Ensino Médio, evidencia-se uma ampliação da presença de Institutos e Fundações ligados ao setor empresarial que atuaram junto ao poder legislativo, com o intuito de pressionar as mudanças na legislação. Identifica na nova legislação um viés pragmático e economicista. A ONG "Todos pela Educação" tem atuado ativamente no Brasil. No ano de 2017, participou de doze audiências públicas, sessenta e cinco palestras, debates e mediações e cinquenta e nove eventos distintos sobre educação. [iii] (FERRETI; SILVA, 2019).

A contrarreforma do Ensino Médio impactará a Rede Federal na sua concepção de Ensino Médio integrado. Corrobora-se com Ramos (2017) quando afirma que: terá uma redução da carga horária de formação geral para 1800 horas, pois segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM) - prescrito no Parecer CNE/CEB nº.11/2012 e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, os cursos técnicos de nível médio integrado devem ter 3000 horas, 3100 horas ou 3200 horas; o caráter não formal dada a educação profissional, pois permitirá ser ofertada em instituições não escolares, e, por permitir ser reconhecidas e aproveitadas as competências de experiências desenvolvidas em outros espaços; a redução da carga horária da educação profissional como itinerário formativo de 600 horas, contrariando o disposto na DCNEPTNM e a limitação do orçamento.

A Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) indicou que o bloco no poder implementou ações regressivas na educação. Há a intencionalidade de divulgar a sua ideologia e os seus valores, com o intuito de conseguir, junto aos grupos aliados e às classes dominadas, o consentimento ativo e o consenso em relação a tal configuração político-ideológica (FERRETI; SILVA, 2017).

Diante dessa realidade, há os docentes que buscam a resistência e apresentam propostas contra hegemônicas. Nesse estudo, a resistência será compreendida na visão de Gramsci (1978) quando o sujeito não concorda com alguma mudança externa e, portanto, toma para si uma postura de oposição ativa ao fato ocorrido. O consentimento ativo, ocorre quando há internalização por parte da classe trabalhadora da ideologia da classe dominante, e os sujeitos tomam para si aquela visão de mundo. A resiliência, ocorre quando os sujeitos adquirem a capacidade de lidarem com as situações adversas de forma criativa, busca-se o fortalecimento; mas o capital utiliza-se disso para tornar a classe trabalhadora resistente à

precarização do trabalho e ao trabalho alienado (MELGAÇO, 2018).

Desde o anúncio da reforma do Ensino Médio houve diversos posicionamentos contrários. O primeiro, pela forma autoritária que foi divulgada, por meio de Medida Provisória (MP 746/2016), depois transformada em Lei 13.415/2017. Segundo, pelo teor, pois é uma versão piorada da reforma de Capanema, implementada durante o período militar e do decreto 2.208/1997. Segundo Frigotto e Ramos (2017, p.30) "a resistência é tanto necessária, quanto a ser guiada por aprendizados com a história e pela precisão analítica sobre a estrutura do capital, de sua forma dependente no Brasil, e da conjuntura em que vivemos hoje".

A resistência, na verdade, já está em curso desde 2013, quando na divulgação do PL 6.840, aconteceram palestras e audiências públicas. Em 2016, alunos dos IF's, inclusive do IFRJ, realizaram ocupações, em protesto a reforma do Ensino Médio e a PEC dos gastos públicos. Na época, tiveram apoio de docentes que são contrários à reforma.

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação, Básica, profissional e Tecnológica (SINASEFE) tem atuado de forma ativa frente aos ataques sofridos pela Rede Federal. Tem promovido debates sobre a reforma do Ensino Médio. Essas ações são importantes, mas necessita-se de uma intensificação da discussão.

Percebe-se que não há uma ação cultural sistemática, entre os docentes do IFRJ. Há críticas as ideologias dominantes, mas, não ocorre de forma organizada e sistemática uma divulgação e a defesa dos pressupostos do ensino integrado.

A título de considerações finais entende-se que a contrarreforma do Ensino Médio é mais um passo da pedagogia do capital em busca do consenso da sociedade civil. O currículo integrado permite aos jovens da classe trabalhadora uma concepção de formação centrada nas dimensões de trabalho, ciência e cultura, não apenas numa formação para o desempenho pragmático, mas uma formação integrada de cultura geral, que possibilita a superação da dicotomia do trabalho manual e intelectual.

Por fim, entende-se que já ocorre resistência ao momento político-ideológico do país. O sucesso dessas ações dependerá da mobilização coletiva dos profissionais da educação, nos espaços organizados politicamente, e, do envolvimento de toda a comunidade escolar em prol de uma perspectiva de educação emancipadora e da elaboração de uma agenda alternativa para o enfrentamento do capital na luta pela educação pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=11663&Itemid=

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lei/n9s/L9394.htm

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

_____. **Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e de 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis de trabalho- CLT, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo integral.

FERRETI, Celso João; SILVA, Mônica Ribeiro da. **Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016:** Estado, Currículo e Disputas por Hegemônia. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v.38, nº 139, p. 385-404, abr.jun,2017.

_____, Celso João; SILVA, Mônica Ribeiro da. Dos Embates por hegemonia e resistência no contexto da reforma do Ensino Médio. Revista Trabalho Necessário; Niterói, v.17,nº32, jan-abr,2019.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho.3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IFRJ- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Projeto Pedagógico Institucional (2014-2018). Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/sites/default/files/webfm/images/PPI%202014-2018.pdf>

LIMA, Marcelo; MACIEL, Samanta Lopes. **A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. V23 e230058, 2018.

MELGAÇO, Gabriel. **Reforma gerencial do ensino e a reação docente: categorias para a análise** . In: XI Seminário Regional Sudeste da ANPAE/ XI Encontro Regional Sudeste da ANFOPE/VII Seminário Estadual da ANPAE-RJ/XIV Encontro Estadual da ANFOPE, Política, Gestão e Formação de Professores: (contra) reformas e resistências, 2018, Niterói. RJ.p.112-116

RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: Lutas históricas e resistências em tempos de regressão** . Ensino médio

integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios / Adilson Cesar Araújo e Cláudio Nei nascimento da silva (orgs.) – Brasília: Ed. IFB, 2017. 569 p.

_____. Marise; FRIGOTTO.Gaudêncio."Resistir é preciso, fazer não é preciso": as contrarreformas do ensino médio no Brasil. Cadernos de Pesquisa em Educação- PPGE/UFES. Vitória, ES. A.14,v.19, n.46,p.26-47,jul/dez.2017

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas,SP, Autores Associados, 2002. Coleção educação contemporânea.

[\[i\]](#) A reforma do Ensino Médio é definida como contrarreforma, pois as mudanças na legislação são interpretadas como retrocesso na política educacional.

[\[ii\]](#) Dados do site www.todospelaeducacao.org.br